

**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA
PESSOA JURÍDICA**

Ao Gestor Chefe da Tributação.

A pessoa jurídica, _____ estabelecido(a) na cidade de _____, na (Rua, Avenida, Praça, Travessa) _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail _____, Caixa Postal Eletrônica _____ inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº _____ (obrigatório), inscrito(a) no Cadastro de Contribuintes do Estado (CAD/ICMS) sob o nº _____ (obrigatório) e com ramo de atividade _____, por meio de seu(sua) representante legal ou procurador(a), o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, expedido por _____, vem, na forma do Decreto nº _____, de _____ de _____ de 2016, formular consulta sobre a interpretação da legislação tributária relativa a tributo administrado pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/MA

I - DESCRIÇÃO DETALHADA DA QUESTÃO

II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (Dispositivos da legislação que ensejaram a consulta)

III - QUESTIONAMENTOS (Enumerar de forma objetiva):

1) _____

2) _____

IV - NÚMERO TOTAL DE QUESTIONAMENTOS:

OBS.: O teor da consulta deve:

1) limitar-se a fato determinado, contendo descrição detalhada de seu objeto e indicação das informações necessárias ao esclarecimento da dúvida;

2) indicar o dispositivo da legislação tributária (Lei, Decreto, Regulamento, Resolução Administrativa, Instrução Normativa, Ato Declaratório etc., com especificação de artigo, inciso, parágrafo e alínea, se for o caso) causador da dúvida de interpretação;

3) descrever detalhadamente o fato relacionado à atividade do(a) interessado(a) a que será aplicada a interpretação solicitada; e

4) apresentar de forma objetiva qual a dúvida específica do(a) interessado(a) na interpretação do dispositivo da legislação indicado.

Por fim, o(a) consulente(a) declara que:

a) não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da consulta;

b) não foi intimado(a) a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta; e

c) o fato exposto na consulta não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que foi parte.

_____, _____ de _____ de _____
(local e data)

(nome e assinatura do contribuinte ou de seu representante legal ou procurador)